



Turismo: reflexões e desafios

Queila Pahim da Silva
organizadora



Pantanal Editora

2021

Queila Pahim da Silva
Organizadora

**TURISMO:
REFLEXÕES E DESAFIOS**



Pantanal Editora

2021

Copyright[®] Pantanal Editora
Copyright do Texto[®] 2020 Os Autores
Copyright da Edição[®] 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora

Edição de Arte: A editora. Imagens de capa e contra-capa: Canva.com

Revisão: Os autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandris Argentel-Martínez – Tec-NM (México)
- Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Dra. Patrícia Maurer
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI

- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Esp. Camila Alves Pereira
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
T938	Turismo: reflexões e desafios [recurso eletrônico] / Organizadora Queila Pahim da Silva. – Nova Xavantina, MT: Pantanal Editora, 2021. 160p. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-88319-41-3 DOI https://doi.org/10.46420/9786588319413 1. Turismo – Pesquisa – Brasil. 2. Lazer. I. Silva, Queila Pahim da. II. Título. CDD 338.4791
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos e-books e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es) e não representam necessariamente a opinião da Pantanal Editora. Os e-books e/ou capítulos foram previamente submetidos à avaliação pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação. O download e o compartilhamento das obras são permitidos desde que sejam citadas devidamente, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais, exceto se houver autorização por escrito dos autores de cada capítulo ou e-book com a anuência dos editores da Pantanal Editora.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
 Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

O turismo é uma atividade econômica, social, cultural, ambiental e política que se consolidou como fenômeno social em todo o mundo e que acarreta profundas transformações no cotidiano das pessoas e do meio ambiente. Deste modo, é imprescindível conhecer e refletir sobre seus inúmeros desafios e potencialidades.

No intuito de apresentar pesquisas na área, esta obra reúne trabalhos acadêmicos de autores de várias partes do Brasil e de Portugal, que trazem seu olhar sobre questões inerentes à atividade turística num contexto anterior e corrente da pandemia do novo coronavírus, abordando temas como cultura, religiosidade, preservação de patrimônio natural e imaterial, governança, destinos inteligentes, política pública do mapa da turismo brasileiro, acessibilidade e gestão de eventos culturais em uma organização pública.

No primeiro capítulo expõe-se a festa de São Benedito e São Sebastião, na vila de Itaúnas, no Estado do Espírito Santo, como forma de valorizar as manifestações culturais e religiosas dessa localidade, que tem neste evento um potencial turístico a ser apreciado e incentivado.

O segundo capítulo apresenta o caso da Ilha do Porto Santo, uma micro ilha pertencente ao Arquipélago da Madeira, situado na costa portuguesa, que possui no turismo, sua única fonte de renda. Os autores trazem uma reflexão sobre os conceitos de *smart tourism* e *smart islands*, como alternativa para a diversificação da economia e preservação ambiental da localidade.

No terceiro capítulo, mostra-se o chafariz da Praça Dom Joaquim na cidade de Conceição do Mato Dentro, município de Minas Gerais (Brasil), avaliando as representações que estiveram imbricadas na construção deste monumento, inaugurado em 1825. É objetivo do trabalho analisar as diferentes representações e alegorias que envolveram a execução e a configuração desta obra a fim de promover uma ação educativa com novas abordagens para a sua avaliação e análise.

O quarto capítulo descreve uma proposta conceitual para o desenvolvimento e a inclusão de sindicatos na governança em destinos turísticos inteligentes e demonstra a relação direta entre as tecnologias, a inovação e a sustentabilidade para que uma cidade possa se tornar um destino turístico inteligente.

O quinto capítulo tem como tema o mapa do turismo brasileiro, dando ênfase aos elementos necessários para um município fazer parte desta política pública. Como objetivo central, o estudo buscou analisar como o município de Filadélfia, Tocantins, vem respondendo ou correspondendo às necessidades das políticas públicas de turismo no tocante ao processo de categorização dos municípios para compor o mapa do turismo brasileiro.

O sexto capítulo é uma reflexão de diversos trabalhos relacionados com a temática da acessibilidade, caracterizando-se como um estudo preliminar no contexto do turismo acessível em Brasília.

Apresenta um ranking feito pelos autores, dos espaços de lazer para a prática de turismo acessível em Brasília, avaliando alguns de seus principais atrativos turísticos.

No sétimo capítulo, é analisada as relações existentes entre práticas turísticas e sustentabilidade na Orla Pôr do Sol e Crôa do Goré (Aracaju/SE) através dos modelos de análise da sustentabilidade Pressão-Estado-Resposta e Barômetro de Sustentabilidade do Turismo. Os resultados apontam um retrato positivo da sustentabilidade na área de estudo.

Já o oitavo capítulo suscita questionamentos na relação turismo, espaço urbano e lazer, especialmente no que se refere às relações estabelecidas entre os moradores e os espaços de convivência e cidadania, apresentando o caso das diferentes formas de uso e apropriação das áreas públicas de lazer no município de São Bernardo, Maranhão.

E por fim, o nono capítulo discorre sobre a gestão de eventos culturais em uma organização pública da região sudeste brasileira e a relação desse tipo de evento para o fomento do turismo nas localidades que os sediam.

Espera-se que os trabalhos aqui apresentados fomentem reflexões sobre os desafios que o turismo enfrenta, a fim de auxiliar em novas pesquisas e na sensibilização sobre a urgente necessidade de mudança de atitude dos gestores, comunidade local e visitantes em relação à correta preservação, gestão e utilização das localidades turísticas.

Boa leitura!

SUMÁRIO

Apresentação	4
Sumário	6
Capítulo I	7
Cultura, religiosidade, tradição e turismo no norte capixaba: a festa de São Benedito e São Sebastião na vila de Itaúnas, ES	7
Capítulo II	23
Turismo e mono indústria, a emergência da mudança - O caso da Ilha do Porto Santo - Contributo para a Recuperação da Economia das Ilhas	23
Capítulo III	37
Turismo e Patrimônio Material: o caso do Chafariz com representação de indígenas em Conceição do Mato Dentro – Minas Gerais (Brasil)	37
Capítulo IV	53
Governança em destinos turísticos inteligentes: Uma proposta conceitual incluindo os sindicatos	53
Capítulo V	76
Estudo sobre a acessibilidade em atrativos turísticos de Brasília (DF)	76
Capítulo VI	89
Mapa dos municípios turísticos brasileiros: um estudo sobre a cidade de Filadélfia/TO	89
Capítulo VII	109
Práticas Turísticas e Sustentabilidade na Orla Pôr do Sol e Crôa do Goré (Aracaju/SE)	109
Capítulo VIII	129
Áreas urbanas e vivências comunitárias: um estudo de caso do município de São Bernardo, Maranhão	129
Capítulo IX	145
Eventos culturais em um órgão público: uma abordagem interdisciplinar entre Comunicação e Turismo	145
Índice Remissivo	158

Estudo sobre a acessibilidade em atrativos turísticos de Brasília (DF)

Recebido em: 08/12/2020

Aceito em: 19/12/2020

 10.46420/9786588319413cap5

Letícia Bianca Barros de Moraes Lima^{1*} 

Mylene Pereira de Arruda² 

Guttemberg José dos Santos Junior³ 

INTRODUÇÃO

O turismo é uma das atividades econômicas que tem uma das maiores taxas mundiais de crescimento anual há várias décadas. Segundo dados da Organização Mundial de Turismo (OMT) as chegadas de turistas internacionais (visitantes que pernoitam) no Brasil cresceram 4% em 2012, superando globalmente, pela primeira vez na história a casa de um bilhão de turistas. Assim, apesar da instabilidade econômica mundial, a demanda do turismo internacional manteve-se aquecida, com um incremento de 4 milhões de turistas, aos 995 milhões de 2011 (Ministério do Turismo, 2014).

Estudos demonstram que os receptivos turísticos do Brasil ainda apresentam obstáculos de diversos tipos nas instalações e no atendimento com a hospitalidade da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (Sibirino e Figueiredo, 2015). O artigo 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), ao qual o Brasil aderiu por meio do Decreto 6.949/2009 (BRASIL, 2009) que trata da “participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte” e estabelece que os Estados-Parte reconheçam o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam: a) ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis; b) ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; etc., ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

* Autor(a) correspondente: 1444553@etfbsb.edu.br

Ainda de acordo com o referido decreto, para que as pessoas com deficiência participem, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de atividades recreativas, esportivas e de lazer, os Estados- Parte deverão tomar medidas apropriadas para: a) incentivar e promover a maior participação possível das pessoas com deficiência nas atividades esportivas comuns em todos os níveis; b) Assegurar que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de organizar, desenvolver e participar em atividades esportivas e recreativas específicas às deficiências e, para tanto, incentivar a provisão de instrução, treinamento e recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Estudos quanto a análise do contexto do turismo acessível na região do Distrito Federal e sua capital Brasília ainda são escassos. Esta pesquisa vem de encontro a tal demanda, contribuindo para o aprofundamento e a disseminação de estudos acadêmicos no Brasil que têm como tema o consumo de lazer por pessoas com deficiência; ao mesmo tempo busca disponibilizar às pessoas com deficiência (PCD's) informações para o conhecimento e o mapeamento dos pontos turísticos acessíveis, bem como os elementos de acessibilidade que tais estabelecimentos oferecem para o fomento do tema.

A hipótese que norteou esta pesquisa é multivariada, na qual elucidaram-se as seguintes variáveis relacionadas de forma dependente: a) nível de satisfação dos usuários (visitantes com deficiências); b) ambientes adaptados; e c) transportes públicos. Desta forma, a hipótese central desta pesquisa é: ambientes mais adaptados, com maior nível de satisfação de visitantes com deficiência e com maior disponibilidade de acesso via transporte público terão maior demanda de visitas de pessoas com deficiências.

Ainda sobre as hipóteses postula-se a dedutibilidade de que determinados pontos turísticos não são frequentados por pessoas com deficiências, pois fazem parte do Conjunto Urbanístico de Brasília, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 11 de dezembro de 1987, como Patrimônio Cultural da Humanidade. Estes monumentos, considerados atrativos turísticos de Brasília, são regulamentados pelo tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília e respaldados nas diretrizes gerais de preservação, sendo inoportuna as aplicações de acessibilidade da ABNT 9050/2015.

Esta problemática contrapõem-se às demandas dos fluxos turísticos demonstrados na Pesquisa de Perfil de Satisfação do Turista do Distrito Federal (2013), como exemplo, tem-se a Catedral Metropolitana de Nossa Senhora Aparecida, conhecida como Catedral de Brasília - patrimônio material tombado, é o atrativo mais visitado no DF, abarcando 44% do total de visitantes.

Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa é hierarquizar os seguintes espaços de lazer para a prática de turismo acessível em Brasília: Centro Cultural Banco do Brasil - CCBB, Museu Nacional, Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida, Santuário Arquidiocesano Menino Jesus, Biblioteca Nacional, Memorial JK e Ermida Dom Bosco.

REFERENCIAL TEÓRICO

A referência mundial do turismo acessível inicia-se através da Organização Mundial do Turismo (OMT) com a Declaração de Manila em 1980. No documento, pela primeira vez foi associado o termo turismo e acessibilidade. Esse tratado reconhece que o turismo é um direito fundamental e necessário para o desenvolvimento humano (Hoyo et al., 2010).

No entanto, foi nos finais de 80, o ápice para as discussões sobre acessibilidade com o aparecimento do conceito de design universal e aprovação nos Estados Unidos da América, da ‘*Americans with Disabilities Act*’ (ADA) (substituição da ABA). A ADA estendeu a acessibilidade das escolas e locais de trabalho para os demais edifícios que fossem de uso coletivo como também nos transportes públicos.

No ano seguinte, em 1981, a ONU declarou o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência e, em 1993 publicou as Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, reconhecendo a acessibilidade como uma dimensão fundamental para a igualdade de participação (Jardim, 2014).

Em 1992, afim de garantir às pessoas com deficiência maiores controles legais contra a discriminação, é redigido na Austrália, um processo de desenvolvimento do turismo acessível e legislação ambiental, o *Disability Discrimination Act* (DDA). A introdução do deste Ato, teve como princípio e a intenção reforçados através da legislação estatal vigente (Buhalis et al., 2012).

O DDA, determinou dois preceitos a respeito da deficiência que tiveram uma repercussão significativa para o turismo. A primeira delas foi sobre o padrão de incapacidade das pessoas com deficiência para o uso dos transportes públicos, a partir daí foram estipulados os padrões de acessibilidade para o transporte público. A segunda repercussão foi o desenvolvimento de um projeto de normas para acessibilidade nas edificações e de um acordo entre o *Australian Building Codes Board* (2004) com o Departamento do Procurador-Geral da *Commonwealth* e os Direitos Humanos e Igual *Opportunity Commission* (2004) para equilibrar o DDA aos Códigos de Construção Australianos (Buhalis et al, 2012).

No caso do Brasil, no que se refere a legislação, o termo acessibilidade é abordado pela primeira vez no ano de 2000 nas Leis 10.048 e 10.098/2000 e no Decreto 5296/2004, que regulamentou a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (idosos, gestantes) e estabelece normas para a promoção da acessibilidade. Esse decreto é um dos mais difundidos entre as pessoas com deficiência porque disciplina as condições que impactam sua vida cotidiana. O decreto trata da acessibilidade em espaços públicos e edificações, moradias, bens culturais imóveis, todos os modais de transportes coletivos e terminais de embarque e desembarque (BRASIL, 2009).

No que tange o processo de inclusão das pessoas com deficiência, verifica-se a necessidade da exclusão de barreiras. A Lei 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa Deficiência conceitua

barreiras como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

As barreiras arquitetônicas, comumente encontradas nas cidades, tanto nos espaços públicos como privados, são fatores que dificultam e, em algumas situações, impedem o deslocamento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Promover a acessibilidade faz parte do processo de inclusão social não só das pessoas com deficiência, mas de todos que, permanentemente ou temporariamente, apresentam dificuldade de locomoção, incluindo nesta categoria crianças, pessoas idosas, gestantes e obesos (BRASIL,2009).

De acordo com o Decreto Federal Nº 5.296/04 e o Manual de Orientações: Turismo a acessibilidade 2006, as barreiras são classificadas em quatro tipos, conforme o Quadro 1:

Quadro 1. Barreiras de acessibilidade. Fonte: Diniz (2018).

Barreiras urbanísticas	As existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público
Barreiras nas edificações	As existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar
Barreiras transporte	As existentes nos serviços de transportes que impedem ou dificultam o ingresso ao interior dos veículos de transporte público, privado, aos terminais, às estações e aos pontos de parada
Barreiras comunicação e informação	Qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação

Em vários estudos são encontradas classificações diversificadas destas barreiras e obstáculos, considerando os diversos fatores que influenciam como principal agente do empecilho de acessibilidade. Uma forma de agrupar estas barreiras é considerar quais são os elementos causadores que possam gerar essas dificuldades. Para o Ministério das Cidades, a classificação não se dá pelas pessoas e, sim, pelo que causa o contratempo, agrupados em barreiras físicas, barreiras tecnológicas e barreiras atitudinais (BRASIL,2006a).

A seguir apresenta-se o quadro 2, mencionando as barreiras físicas, tecnológicas e atitudinais:

Quadro 2. Barreiras de acessibilidade. Fonte: Diniz (2018).

Barreiras físicas	São elementos físicos, de qualquer natureza, produzidos ou naturais, existentes no interior de edificações públicas ou privadas, nos espaços externos às edificações, mas internos aos lotes e que sejam de uso comum, nos espaços urbanos e nos meios de transportes, inclusive o respectivo mobiliário de apoio ou comodidade pública.
Barreiras tecnológicas	São obstáculos gerados por evolução social de certa comunidade ou por avanços tecnológicos que não atenderam às limitações na mobilidade de algumas pessoas, limitando ou impedindo a acessibilidade aos espaços, objetos, determinados aparelhos, às comunicações, ao deslocamento, ao entendimento de certas situações.
Barreiras atitudinais	São posturas da sociedade em geral que geram entraves e que sejam causadas por atitudes de funcionários, moradores, comerciantes, profissionais liberais, os próprios indivíduos prejudicados ou qualquer pessoa da sociedade, por desconhecimento, despreparo, descaso ou ignorância, e que dificultem ou impeçam o acesso, a permanência, o manuseio, o livre deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida a locais de uso comum ou qualquer outra atividade social que queiram realizar, participar, presenciar ou contemplar.

De acordo com Darcy (2006), o turismo acessível é um mercado com grandes previsões de crescimento, desafios e benefícios relacionados ao mercado. Destaca-se, como um dos principais desafios, a necessidade de qualificação da segmentação do mercado devido às particularidades de cada deficiência, dentro do contexto de prestação de serviços, uma vez que uma pessoa com mobilidade reduzida não tem as mesmas necessidades que uma pessoa com dificuldades auditivas ou visuais, por exemplo.

Ambrose et al (2017), enfatiza que comportamentos éticos e de responsabilidade social são requisitos cada vez mais valorizados pelos clientes. Desta forma, determinadas organizações buscam adotar práticas com consequências positivas na sua imagem e viabilidade econômica, adotando um turismo de caráter inclusivo.

Para garantir uma experiência segura e agradável, de acordo com Brasil (2014):

É necessário, portanto, produzir, sistematizar e difundir informações sobre a acessibilidade de empreendimentos e atrações turísticas no Brasil, possibilitando a pessoa com deficiência a exercer o seu direito de viajar por todo o Brasil, com autonomia. Tais informações podem servir, ainda, de subsídios para a definição de políticas públicas para as pessoas com deficiência, assim como para a tomada de decisão do governo e da iniciativa privada para a melhoria dos produtos e serviços turísticos.

De acordo com Almonte (2014), o turismo acessível é uma oportunidade de formação e trabalho para pessoas com deficiência, de forma a atender as normas e legislações, oportunizando igualdade e integração social por meio da prestação de serviços, desde o quadro de colaboradores até o visitante.

No que se refere aos destinos turísticos brasileiros, pesquisadores têm-se dedicado ao estudo de cidades, atrativos e equipamentos acessíveis.

Coelho (2007) pesquisou a inclusão social através de uma avaliação dos padrões de uso da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, enquanto espaço de lazer e turismo e demonstrou cenários de atividades dos usuários. A acessibilidade e a inclusão foram avaliadas a partir da análise da relação entre três indicadores: a diversidade de pessoas, as atividades desenvolvidas e as condições de uso no ambiente físico.

Com relação ao turismo ecológico, Feuser et al. (2019) analisaram a acessibilidade no contexto das Unidades de Conservação, bem como em suas atividades e estruturas, tendo como enfoque as pessoas com mobilidade reduzida, no município de Blumenau (SC). Os resultados demonstraram que as unidades de conservação não foram formuladas para pessoas com mobilidade reduzida.

Dentre os aspectos sugeridos pelos entrevistados na pesquisa de Feuser et al. (2019), no sentido de adaptabilidade em áreas naturais os resultados foram os seguintes: adaptar rampas conforme as normas; capacitar os colaboradores para atender ao público com deficiência; implantar corrimãos; aplicar piso tátil; colocar piso antiderrapante; calçadas sem desnível; adaptar sanitários, refeitório e vestiários; melhorar a sinalização; ampliar atrativos para as crianças; colocar mais bancos para repouso e adaptá-los; reservar vagas de estacionamento mais próximo dos locais principais; reduzir a quantidade de lama; e oportunizar o acesso para todos ao rio.

No campo dos meios de hospedagem, Duarte et al. (2015) verificaram a acessibilidade para pessoas com deficiência visual no setor hoteleiro de Brasília. Os resultados demonstram que apenas 2 (dois) dos 20 (vinte) hotéis investigados possuíam cardápio em braile e que apesar de um número relevante de funcionários se considerarem aptos a receberem hóspedes com deficiência visual, verificou-se que não há um treinamento adequado para oferecer um serviço de qualidade.

Os estudos de Santana et al. (2019) investigaram a acessibilidade nos destinos turísticos de sol e praia e revelaram que há diversas iniciativas no litoral brasileiro. A pesquisa teve como objeto de estudo projetos que se destacam pela apropriação de práticas inclusivas: Praia para Todos (Rio de Janeiro), AC Social (Paraíba) e Estrela do Mar (Sergipe). Os indicadores de acessibilidade pesquisados foram o fator motivador para início do projeto, a classificação das instituições de apoio bem como as parcerias atuais, o público-alvo das ações, o número de assistidos, a formação da equipe de apoio e voluntários, as atividades de lazer desenvolvidas, a disponibilidade temporal das ações e as infraestruturas e equipamentos disponíveis nos respectivos projetos.

Com relação aos espaços de lazer em shoppings center, Lima et al. (2020) analisaram a percepção das pessoas cegas quanto ao ambiente de consumo e sobre a qualidade do atendimento oferecido nos restaurantes do shopping Conjunto Nacional, em Brasília. Os resultados mostram a insatisfação dos

consumidores com deficiência visual com a falta de preparo dos atendentes e a inadequação dos estabelecimentos e que os estabelecimentos precisam se adaptar às normas exigidas pelas leis em vigência para atender a esses consumidores.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa possui cunho exploratório, descritivo e qualitativo (Gil, 2008; Vergara, 2009).

Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram sistematizados em 4 (quatro) etapas de trabalho detalhadas conforme segue a seguir:

1ª etapa: levantamento bibliográfico com foco nas principais obras de turismo acessível no Brasil. O levantamento da legislação brasileira no campo da acessibilidade foi analisado com base no quadro de evolução das leis, normas e decretos de acessibilidade no Brasil elaborado por Melo et al. (2017).

2ª etapa: pesquisa de campo. Foram realizadas visitas técnicas em novembro de 2018, com a produção de material audiovisual em 7 (sete) atrativos turísticos de Brasília: Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB); Museu Nacional, Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida, Santuário Arquidiocesano Menino Jesus, Biblioteca Nacional, Memorial JK e Ermida Dom Bosco. Nesta etapa foram utilizados os seguintes equipamentos: máquina fotográfica Cannon, celular Moto G5 e um formulário de coleta de dados, baseado nos requisitos de acessibilidade do Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei 13.146/2015) e na Convenção das Nações Unidas da Pessoa com Deficiência: 1. meios de acesso; 2. parada de ônibus; 3. estacionamento; 4. piso tátil; 5. rampas; 6. sinalização em braille; 7. banheiros adaptados; e 8. presença de Intérprete de LIBRAS.

3ª etapa: sistematização, descrição e transcrição dos dados coletados em vídeo e imagens dos monumentos pesquisados.

4ª etapa: hierarquização dos monumentos pesquisados quanto à acessibilidade e confrontado com 3 (três) grupos de informantes-chaves:

- 1º grupo - visitantes com deficiência visual;
- 2º grupo - visitantes com deficiência motora;
- 3º grupo - visitantes com deficiência auditiva.

Para cada grupo de informante-chave foi aplicado um quadro com uma lista de recursos de acessibilidade com base na ABNT 9050 (2015) para cada tipo de deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil dos grupos dos informantes-chaves investigados está abaixo relacionados, nos quadros 3, 4 e 5.

Perfil dos entrevistados**Quadro 3.** Deficiência visual.

Informante- chave 1	Informante- chave 2	Informante chave 3
Sexo: M	Sexo: F	Sexo: M
Faixa etária: entre 40 a 50 anos	Faixa etária: entre 50 a 60 anos	Faixa etária: 35 a 40 anos
Ocupação: estudante e empregado	Ocupação: estudante e empregado	Ocupação: desempregado

Quadro 4. Deficiência motora.

Informante-chave 1	Informante-chave 2	Informante-chave 3
Sexo: M	Sexo: F	Sexo: M
Faixa etária: entre 15 a 17 anos	Faixa etária: entre 18 a 22 anos.	Faixa etária: entre 14 a 17 anos.
Ocupação: estudante	Ocupação: estudante	Ocupação: estudante

Quadro 5. Deficiência auditiva.

Informante-chave 1	Informante-chave 2	Informante-chave 3
Sexo: F	Sexo: M	Sexo: F
Faixa etária: 17 a 22 anos	Faixa etária: entre 18 a 23 anos.	Faixa etária: entre 45 a 50 anos.
Ocupação: estudante	Ocupação: estudante	Ocupação: empregada

Com relação a classificação dos atrativos turísticos, o que recebeu a avaliação mais elevada em termos de acessibilidade foi o CCBB, apesar do difícil acesso, pois encontra-se em área mais afastada do centro de Brasília. Não foram visualizadas faixas de pedestres ou passarelas pela região, sendo inclusive muito arriscado a travessia de pedestre na via L3 Norte, DF 004, Estrada Parque das Nações. Há apenas duas linhas de ônibus, a 147.5 e 0.103 que saem da Rodoviária do Plano Piloto e uma parada de ônibus que não oferece nenhum recurso de acessibilidade. A entrada mais próxima fica na lateral do edifício e não há sinalização indicativa, sendo pouco conhecida pelo público que frequenta o local. Há um amplo estacionamento, com vagas exclusivas e rampas de acesso.

Em contrapartida, os recursos de piso tátil e as placas indicativas em braille são encontradas apenas no Edifício Tancredo Neves, do CCBB. Os banheiros apresentam estrutura satisfatória, com espaço para

manobrar cadeira de rodas, barra de apoio e altura de vaso sanitário e pia adequados, além de indicações em braille e ampla identificação visual. Todas as galerias possuem elevadores e rampas de acesso, que são a principal forma de entrada e saída, porém nas regiões mais abertas para o lazer dos frequentadores também não há qualquer tipo de recurso de acessibilidade disponível.

A maioria das áreas para visitação ficam no térreo, com exceção de galerias que possuem dois pavimentos, havendo elevadores acessíveis. O CCBB oferece também visitas guiadas em LIBRAS às sextas às 19:00h e sábados às 15:00h. Os demais recursos de tecnologia assistiva ficam sob responsabilidade dos expositores. O mesmo acontece com o Museu Nacional.

O segundo atrativo turístico mais acessível é o Museu Nacional que possui uma localização privilegiada no Setor Cultural Sul e próximo a Rodoviária do Plano Piloto no que diz respeito à acessibilidade urbanística. Oferece duas paradas de ônibus com rampa e piso tátil que direciona a outros monumentos do Complexo da República Biblioteca Nacional e Anexo da Biblioteca Nacional que compõem o terceiro lugar no ranqueamento. Porém, em sua rampa de acesso não há piso tátil ou inscrições em braille, o que se repete em quase todo o seu interior, com exceção da sinalização em braille para os banheiros, verificados ser de difícil localização. O espaço oferece elevadores em diversos pontos em todos os três pavimentos. Em seguida aparece o Memorial JK em quarto lugar, esses atrativos foram os que apresentaram melhores requisitos de acessibilidade para receber o público que possuem deficiência visual, motora ou auditiva.

O quinto atrativo é a Catedral Metropolitana. O referido monumento possui barreiras arquitetônicas quanto às calçadas que necessitam de manutenção, não havendo piso tátil ou sinalização para orientação dos visitantes. A parada de ônibus mais próxima fica na região da Esplanada dos Ministérios, na via S1. A rampa de acesso para a entrada principal é excessivamente íngreme e não há corrimão. A entrada para carros é subterrânea, porém o estacionamento fica localizado no lado oposto e tem número de vagas limitado, já que fica localizado ao lado dos ministérios e é utilizado por servidores.

Não foram identificados piso tátil no interior ou placas indicativas em braille no interior da Catedral. No que se refere às calçadas que ligam a Esplanada dos Ministérios a Catedral foi verificada apenas uma calçada com piso tátil, destinando à faixa de pedestres com rampa e semáforo, auxiliando na travessia. Foi identificado dois banheiros adaptados com altura adequada e espaço para manobra de cadeira de rodas.

Os últimos atrativos classificados quanto à acessibilidade foram o Santuário Menino Jesus e a Ermida Dom Bosco. O Santuário Menino Jesus está localizado no Setor Norte de Brazlândia, onde não há parada de ônibus próxima e para se ter acesso ao Santuário há uma faixa de pedestres e logo em seguida calçada com rampa com piso tátil que termina na entrada da Sala João Paulo II. No interior do referido monumento não há sinalização em braille. A entrada principal possui rampa com corrimão, porém estes

recursos direcionam o visitante para a entrada lateral, cujo piso é constituído com azulejos sem aderência. O monumento oferece banheiro adaptado, porém não há barra para apoio. O ambiente não apresenta elevadores quaisquer, apesar da altura da estrutura e de ter sido erigido em dezembro de 2000.

E o atrativo Ermida Dom Bosco, situado junto a Ql 29 no Lago Sul, foi considerado pouco acessível, pois não atende diversas demandas que pessoas com necessidades específicas necessitam. O local é de difícil acesso, não tem uma linha de transporte público que chegue até a Ermida, além de não encontrar muitas informações no local. Não foram verificadas rampas, corrimão, piso tátil, sinalização, piso nivelado, entre outros. As tecnologias assistivas são inexistentes, o que auxiliaria bastante a visita das PCD ao ponto turístico. Os banheiros do local estão afastados e no momento da visita, estavam abandonados, sem nenhuma reforma, ou seja, necessitando de adaptações.

Constatou-se ainda, que grande parte das PCD desconhecem as tecnologias assistivas oferecidas nos atrativos pesquisados, avaliando, às vezes como pouco importantes, mas as consideram relevantes para a necessidade que possuem. Observou-se ainda que algumas dessas tecnologias precisam de ajustes, pois não são totalmente eficazes.

Apresenta-se abaixo o Quadro 6 do ranqueamento dos atrativos turísticos investigados, bem como a posição a qual foram avaliados:

Quadro 6. Ranqueamento dos pontos turísticos no DF.

Atrativo Turístico	Colocação
CCBB	1º Lugar
Museu Nacional	2º Lugar
Biblioteca Nacional	3º Lugar
Memorial JK	4º Lugar
Catedral Metropolitana	5º Lugar
Santuário do Menino Jesus	6º Lugar
Ermida Dom Bosco	7º Lugar

CONCLUSÃO

As principais conclusões desta pesquisa dizem respeito a necessidade de: adaptações dos espaços de lazer investigados para este novo segmento de turistas, que possuem direito como as demais pessoas ao lazer, ao esporte e a cultura; fomento de ações que sensibilizem o setor privado a ofertarem produtos

e serviços acessíveis, e capacitação de profissionais para prestarem serviço de qualidade às pessoas com deficiência.

No tocante às recomendações, os estudos de Packer e Carter (2005), enfatizam elementos importantes à promoção do turismo acessível em destinos turísticos, de acordo com a experiência do Centro Cooperativo de Turismo Sustentável da Austrália:

- Afirmar o valor do turismo acessível para o mercado com a intenção criar mecanismos econômicos de apoio a esta atividade;
- Estimular as pessoas com deficiência a participar ativamente nas questões do turismo acessível;
- Aprimorar o acesso à informação, para que seja atualizada e com continuidade nos dados obtidos;
- Promover o intercâmbio e a troca de experiências entre países;
- Adotar o conceito de Desenho Universal nas infraestruturas turísticas e criar incentivos para que os agentes turísticos possam promover a acessibilidade no destino;
- Elaborar um sistema nacional de aceitação do turismo acessível, que possa incluir não só os aspectos físicos, mas também a formação dos profissionais e agentes de turismo, de forma a aprimorar as os seus conhecimentos e as suas habilidades para lidar com turistas deficientes;
- fomentar a pesquisas e investigações na área do turismo acessível, através de bolsas de estudo;
- Reunir os resultados dos estudos e fornecê-los às associações, entidades públicas e privadas responsáveis pelo turismo e aos operadores turísticos.

Por fim e vislumbrando o crescimento do mercado de turismo acessível no Brasil e em Brasília, verificou-se aspectos positivos relevantes, como uma maior divulgação dos direitos das pessoas com deficiência para a realização das atividades de lazer. Todavia, por outro lado, constatou-se que os espaços públicos e privados ainda não estão preparados suficientemente para receberem turistas com deficiência.

AGRADECIMENTO

Agradecemos ao CNPQ pelo apela bolsa de estudo (Edital nº 12/RIFB/2018).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT NBR 9050: 2015. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Disponível

em:

http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_i_magens-filefield-description%5D_24.pdf Acesso em 05 de março de 2017.

Almonte MJM (2014). El turismo accesible en Andalucía: un producto turístico emergente. *Revista de Estudios Andaluces*, 31: 1-34.

Ambrose I et al. (2017). *Manual de gestão de destinos turísticos acessíveis*. Lisboa: Turismo de Portugal I.P.

BRASIL, Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em 28 fevereiro 2019.

BRASIL (2009). *Turismo Acessível: Introdução a uma Viagem de Inclusão*. Volume I. Brasília: Ministério do Turismo, 2009. Acesso em: 28 de set 2017

Buhalis D et al. (2012). *Best practice in accessible tourism: inclusion, disability, ageing population and tourism*. Channel View Publications, Bristol.

Catedral Metropolitana. História. Disponível em <<https://catedral.org.br/historia>> Acesso em: 24 de abr. 2019.

Centro Cultural Banco do Brasil. Disponível em <<http://culturabancodobrasil.com.br/portal/distrito-federal/>> Acesso em: 24 de abr. 2019.

Coelho M de F (2007). *Turismo Inclusivo: Um Olhar Sobre A Utilização da Praça da Liberdade Como Espaço de Lazer*. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.rollingrains.com/2009/02/monografia-de-mariana-coelhoturismoinclusivo.html> >

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed., rev. e atual. – Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2001.*

Duarte DC et al. (2015). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, 3: 537-553. Disponível em : <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/863>. Acesso em 21 de abril de 2017.

Feuser S et al. (2019). *Desenvolvimento regional e acessibilidade em áreas naturais: Equidade e cidadania para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida*. Anais XVIII ENANPUR, Natal, Rio Grande do Norte.

Gil A (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019). 23,9% dos brasileiros declaram ter alguma deficiência, diz IBGE. Disponível em:

- <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/239-dos-brasileiros-declaram-ter-alguma-deficiencia-diz-ibge.html>. Acesso em: 18 de fev. 2019.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019). Censo demográfico 2010 – Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência. IBGE, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.
- Jardim MPRP (2014). Condições de acessibilidade no espaço público. Disponível em: <<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395146462803/Dissertacao.pdf>> acesso em: fev/2018
- Lima LBBM et al. (2020). Sou consumidor: percepção de consumidores cegos em restaurantes de um shopping de Brasília (DF). Cenário: Revista Interdisciplinar Em Turismo E Território, 8(15), 64-77. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/28979> Acesso em 02 de dezembro de 2020.
- Melo EV et al. (2017). Acessibilidade de pessoas com deficiência física em eventos. I Congresso Regional de Eventos, 7 a 9 de novembro de 2017, Brasília, 2017.
- Ministério do Turismo – OMT (2014). Estatísticas e Indicadores - Turismo Mundial. Compilação de dados sobre o turismo no mundo. Ministério do Turismo. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/estatisticas_indicadores_turismo_mundial. Acesso em 03 de fevereiro de 2019.
- Packer T et al. (2005). Out of the Blue! Valuing the disability market in tourism. In: Darcy SIMON. Setting a research agenda for accessible tourism. Austrália. (2006). Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.522.5821&rep=rep1&type=pdf>> acesso em: fev/2018.
- Santana WD et al. (2019). Iniciativa de turismo acessível em praias no Brasil. Anais do XVI Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, Balneário Camburiu, Santa Catarina.
- Santuário do Menino Jesus. O Santuário. Disponível em <<http://www.santuariomeninojesus.org.br/o-santuario/>> Acesso em: 24 de abr. 2019.
- Secretaria de Estado e Cultura do Distrito Federal. Museu Nacional. disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/museu-nacional/>> Acesso em: 24 de abr. 2019.
- Sibirino RS et al. (2015). Uma análise das condições de acessibilidade nas praias de Florianópolis/SC, *Projetica*, 6(2).

ÍNDICE REMISSIVO

A

acessibilidade, 30, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88
adaptações, 59, 85, 86, 115
atrativos, 8, 54, 55, 64, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 92, 98, 102, 108, 109, 118, 121, 123, 125, 135

B

barreiras arquitetônicas, 79, 84
Brasília, 21, 76, 77, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 145

C

Comunicação, 55, 140, 145, 146, 148, 151, 156, 157
comunidade, 7, 9, 13, 17, 20, 32, 80, 101, 115, 117, 130, 131, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 147, 155, 156
cultura, 8, 9, 10, 17, 21, 51, 54, 67, 86, 88, 115, 118, 132, 133, 134, 141, 142, 144, 147, 148, 149, 153, 156

D

desenvolvimento sustentável, 11, 59, 62, 93, 109, 110, 111, 112, 115, 116
Destinos Turísticos Inteligentes, 55, 64, 73
Distrito Federal, 77, 88
diversificação econômica, 27, 34

E

eventos culturais, 9, 10, 76, 133, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156

F

festa, 7, 12, 13, 14, 15, 16, 20, 132

G

gestão de eventos, 145, 146, 149, 150, 154, 155, 156
gestão pública, 73, 95, 102, 103, 143

governança, 32, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 107, 127

I

ilhas atlânticas, 25
indicadores de sustentabilidade, 110, 112, 120
Itaúnas, 7, 8, 11, 13, 14, 15, 16, 19, 20

L

lazer, 54, 76, 77, 81, 84, 86, 108, 110, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 155

M

mapa do turismo, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 98, 100, 102, 103, 105
memória, 13, 16, 37, 40
Minas Gerais, 37, 39, 49, 52, 87, 107

O

organização pública, 146, 150, 151, 154, 155, 156

P

patrimônio, 9, 10, 11, 20, 21, 22, 37, 39, 50, 51, 77, 129, 131, 133, 134, 135, 139, 140, 143
patrimônio imaterial, 10, 20
Pessoa com Deficiência, 78, 82, 87
Porto Santo, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33
povos indígenas, 37, 46, 50

R

ranqueamento, 84, 85

S

São Bernardo, 129, 130, 136, 139, 140, 141
sindicatos, 53, 55, 58, 68, 69

T

Tocantins, 89, 90, 91, 98, 99, 100, 101, 106, 108

turismo, 7, 9, 10, 20, 21, 25, 26, 27, 28, 31, 32,
33, 34, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64,
65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77,
78, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93,
94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104,
105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113,

114, 116, 121, 125, 127, 128, 129, 130, 131,
133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143,
144, 145, 146, 147, 148, 150, 154, 155, 156,
157

turismo cultural, 9, 10, 129

Turismo Sustentável, 86, 112, 113

SOBRE A ORGANIZADORA

Queila Pahim da Silva



Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico nas áreas de Turismo, Hospitalidade e Lazer no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012); Especialista em Planejamento e Consultoria Turística pela Faculdade Estácio de Sá RN (2009); Bacharel em Turismo pela Faculdade de Ciências Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte (2005) e técnica de Guia de Turismo pelo SENAC RN (2005). Atua nas áreas de formação de professores para a educação bilíngue de Surdos, educação de Surdos e oratória para ouvintes. Participa dos Grupos de Pesquisa: Grupo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagens (GECAL) da Universidade de Brasília, Comunidade Escolar: Encontros e Diálogos Educativos da Universidade Católica de Brasília e Ensino de Libras - Língua Brasileira de Sinais do Instituto Federal de Brasília. Faz parte do corpo editorial da Pantanal Editora.

O turismo é uma atividade econômica, social, cultural, ambiental e política que se consolidou como fenômeno social em todo o mundo e que acarreta profundas transformações no cotidiano das pessoas e do meio ambiente. Deste modo, é imprescindível conhecer e refletir sobre seus inúmeros desafios e potencialidades e para fomentar esta análise, esta obra apresenta trabalhos acadêmicos de autores de várias partes do Brasil e de Portugal, que trazem seu olhar sobre questões inerentes à atividade turística num contexto anterior e corrente da pandemia do novo coronavírus, abordando temas como cultura, religiosidade, preservação de patrimônio natural e imaterial, governança, destinos inteligentes, política pública do mapa da turismo brasileiro, acessibilidade e gestão de eventos culturais em uma organização pública.

ISBN 978-658831941-3



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br